

FHC quer encerrar logo reforma estrutural

PRESIDENTE DEFENDEU NOVA ETAPA DE GOVERNO A PARTIR DE OUTUBRO. E MENOSPREZOU NÚMEROS QUE APONTAM QUEDA DE POPULARIDADE

Ainda sob o impacto das primeiras pesquisas que indicam queda significativa de aprovação do governo e dele próprio, o presidente Fernando Henrique Cardoso pediu ontem ao PSDB e ao PFL que o defendam e encerrem rapidamente o processo de reformas estruturais. Ele está tentando estabelecer um calendário de votação das emendas constitucionais para que, até outubro, o governo entre em uma nova etapa. O Congresso deve ser convocado extraordinariamente em julho.

O presidente tentou menosprezar os resultados das últimas pesquisas: "São resultados circunstanciais, problemas antigos que refletem sobre a imagem do governo." Mas traiu sua preocupação ao exibir aos chefes dos partidos aliados os resultados de levantamento mais favorável, do instituto MCI, encomendado pelo Planalto.

Fernando Henrique chegou de surpresa ao Palácio do Jaburu, onde o vice Marco Maciel promovia almoço de confraternização dos comandantes dos dois partidos. A pesquisa da MCI, aferida por telefone, é de 15 de maio. Aponta queda na avaliação de



Ed Ferreira/AE

Fernando Henrique: números em discussão

"bom" e "ótimo" do governo, mas nada assustador. O MCI, que trabalhou na campanha eleitoral do presidente, diz que esse índice caiu de 43% para 40%.

O presidente argumentou também que o governo tem bons números sobre queda de mortalidade infantil, resultados na educação e que as contas públicas apresentaram, no primeiro trimestre, superávit primário de R\$ 2,2 bilhões. "Precisamos trabalhar melhor os bons números do governo", pediu. "O que não podemos é anunciar coisas impossíveis."

Preocupado com a crise social e suas repercussões negativas sobre

a imagem do governo, o presidente repetiu aos líderes o que havia dito, pela manhã, ao jornal francês *Le Monde*: "O Brasil tem uma enorme dívida social que o governo está resgatando, mas esse resgate é um processo, não se faz da noite para o dia." O presidente aproveitou para pedir aos líderes urgência na aprovação de um projeto incluído no Programa Nacional de Direitos Humanos. Trata-se da emenda que institui o crime contra os direitos humanos, cuja investigação e julgamento passariam para a esfera federal.

Fernando Henrique disse aos líderes dos PFL e do PSDB que

espera votar na Câmara até julho, em convocação extraordinária, a reforma da Previdência, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e uma reforma administrativa que contemple ao menos três itens: proibir a acumulação de cargos públicos, flexibilizar a estabilidade do funcionalismo e estabelecer um teto para os vencimentos.

Ele foi avisado de que terá dificuldades com a CPMF. "O partido tem um problema doutrinário para aprovar a criação de novo imposto", disse o presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Mas o líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), disse que fará um esforço pela votação. "Seria uma forma de libertar o governo da necessidade de sustentar maioria de três quintos no Congresso", afirmou o secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgílio Neto (AM). A maioria de três quintos tem forçado o governo a aceitar pressões corporativas, como a da bancada de Minas, que exige R\$ 900 milhões do Banco do Brasil para a construtora Mendes Júnior.

Ricardo Amaral/AE